

RESUMO DE SEGURANÇA EM ÁFRICA

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

O Imperativo de Segurança Regional para Proteger a Bacia do Congo

POR DENIS MAHONGHOL

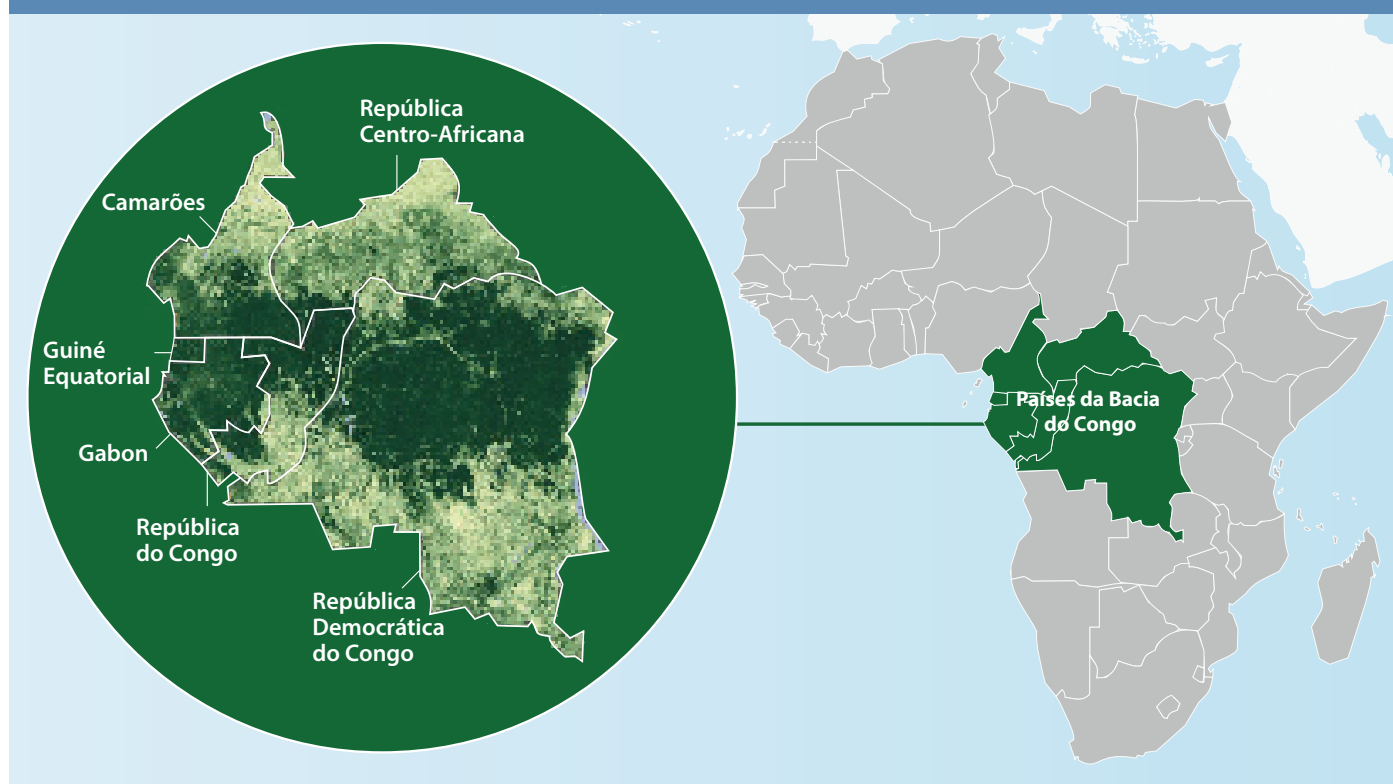
DESTAQUES

- A rápida degradação das florestas tropicais da Bacia do Congo constitui uma ameaça para os meios de subsistência de milhões de pessoas que dependem dos recursos florestais e para o papel regulador que as florestas desempenham nos padrões pluviométricos africanos e na captação de carbono.
- A débil gestão das florestas está a permitir às redes criminosas organizadas transnacionais e aos grupos militantes armados a terem um papel cada vez mais central na extração de recursos da Bacia do Congo.
- A exploração ilícita madeireira, mineira e o comércio ilícito de animais selvagens na Bacia do Congo são desenvolvidas com a cumplicidade de altos funcionários públicos que lucram com os seus cargos de supervisão da gestão destes recursos nacionais.
- A melhoria da gestão e proteção das florestas tropicais da Bacia do Congo exigirá uma maior sensibilização para o domínio florestal, bem como o realinhamento dos incentivos para as comunidades locais, os funcionários públicos e os interesses madeireiros internacionais.

Conhecida como o “segundo pulmão” do planeta, a Bacia do Congo é uma das regiões florestais mais vitais da Terra. Composta por quase 200 milhões de hectares de floresta tropical densa e solos pantanosos de turfa, a Bacia do Congo absorve mais dióxido de carbono do que qualquer outra região do mundo. A sua absorção líquida anual de dióxido de carbono é seis vezes superior à da floresta amazónica.¹ A Bacia do Congo é um tesouro inestimável não só para os seis países que albergam a maior parte da floresta — Camarões, República Centro-Africana (RCA), República Democrática do Congo (RDC), Guiné Equatorial, Gabão e República do Congo — mas também para África e para o mundo. Sem uma Bacia do Congo intacta, os esforços para atenuar o aquecimento global e os seus muitos efeitos secundários extremos serão insuficientes.

No entanto, estima-se que as florestas da Bacia do Congo estejam a diminuir 1 a 5% por ano e que 30% da cobertura florestal se tenha perdido desde 2001, em grande parte devido à exploração comercial não regulamentada madeireira e mineira.² A degradação anual da floresta tropical da RDC só por si resulta em emissões de carbono equivalentes a 50 centrais elétricas a carvão a funcionar durante um ano inteiro.³ Estes valores podem estar significativamente subestimados, uma vez que as imagens de satélite e a monitorização no terreno são atualmente insuficientes para estabelecer uma base de referência fiável. O que se sabe é que 50 milhões de hectares (ou um quarto das florestas tropicais da Bacia do Congo) já estão sob concessões de exploração madeireira. Segundo as estimativas, a exploração madeireira ilegal e o comércio

FIGURA 1. BACIA DO CONGO EM ÁFRICA



Fonte : Adaptado de Land Use Policy

associado (ILAT), resultantes da pilhagem dos valiosos recursos florestais da região, custam ao continente 17 mil milhões de dólares por ano.⁴

As espécies raras e de elevado valor de madeira dura da Bacia do Congo são particularmente procuradas a nível mundial. O Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime relata que a quota de África nas exportações de pau-rosa para a China aumentou de 40% em 2008 para 90% em 2018. A China é o maior importador mundial de madeira extraída ilegalmente.⁵

O sector florestal da RDC representa 9% do seu PIB e estima-se que 300.000 a 500.000 pessoas no país dependem das florestas para a sua subsistência. Cerca de 55 milhões de pessoas na região retiram benefícios económicos das florestas. No entanto, devido à corrupção, as comunidades locais muitas vezes só recebem uma fração dos benefícios financeiros desta extração.

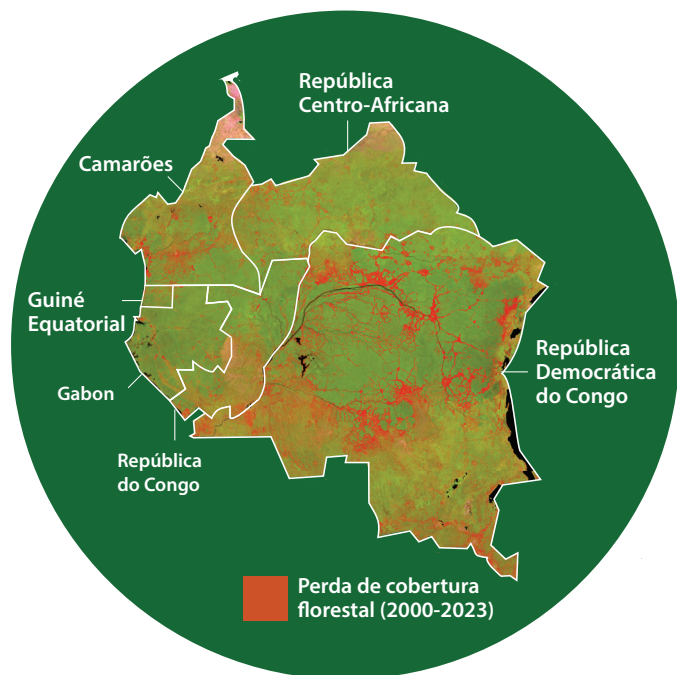
O desmatamento ilegal também ameaça os 30 mil milhões de toneladas métricas de carbono armazenadas na Bacia do Congo – o equivalente a 3 anos de emissões globais de

combustíveis fósseis.⁶ O valor anual da captura de carbono das florestas tropicais da Bacia do Congo está estimado em 55 mil milhões de dólares, ou seja, mais de um terço do PIB da região.⁸ Com aproximadamente 10.000 espécies de plantas tropicais - 30% das quais são exclusivas da região - a região também tem uma importância extraordinária para a biodiversidade global.

A pressão sobre as florestas da Bacia do Congo é ainda agravada pelo comércio ilegal de animais selvagens e pela extração mineira ilegal, incluindo as elevadas concentrações de cobalto e coltan.

Denis Mahonghol tem 24 anos de experiência em governação e conservação florestal na África Central. As suas principais áreas de trabalho incluem a investigação florestal, o comércio, a rastreabilidade e a legalidade da madeira, a aplicação da legislação florestal e da vida selvagem, o reforço das capacidades das instituições públicas na tomada de decisões e o controlo do comércio da vida selvagem (flora e fauna). Atualmente, o Sr. Mahonghol é o Diretor do Gabinete do Programa da África Central da TRAFFIC International.

FIGURA 2. PERDA DE COBERTURA FLORESTAL NA BACIA DO CONGO



Fonte : Adaptado de Hansen/UMD/Google/USGS/NASA

Dado o elevado valor dos fluxos de receitas, a fraca gestão das florestas e a frouxa supervisão governamental destes sectores, as redes transnacionais de crime organizado e os grupos militantes armados desempenham um papel cada vez mais central na extração de recursos da Bacia do Congo. Esta situação representa uma ameaça crescente à segurança e à economia da região.

As ameaças a esta região ecologicamente única, por sua vez, terão um impacto negativo na regulação do ciclo da água do continente e na atmosfera do planeta, tornando a Bacia do Congo um epicentro dos esforços de estabilização regionais e globais.

UM RECURSO VITAL

As florestas tropicais da Bacia do Congo representam cerca de 70% da cobertura florestal de África.⁷ A região e as suas florestas pantanosas de turfa absorvem 370 milhões de toneladas métricas de emissões de carbono por ano, o que faz dela o mais importante esgoto de carbono terrestre do mundo. Os ecossistemas das turfeiras estão entre os mais eficientes e críticos para combater as alterações climáticas.

Os poucos estudos efetuados na Bacia do Congo indicam que a região regula fortemente os padrões regionais de precipitação.⁹ Esta ação reguladora inclui ser a fonte de 17% da humidade da África Ocidental (incluindo o Sahel) e de 30 a 40% da precipitação anual nas terras altas da Etiópia.¹⁰ A destruição destas florestas representa um risco para este papel de “bomba de água” que a Bacia do Congo desempenha para o continente. Em termos práticos, a sobrevivência do rio Nilo depende da saúde das florestas tropicais da Bacia do Congo. Estudos sobre a floresta amazónica, mais amplamente investigada, alertam para uma “savanização” em resultado da perda de cobertura florestal e da sua capacidade de retenção de água.

A Bacia do Congo é um dos maiores ecossistemas florestais inexplorados do mundo, com uma diversidade rica de mais de 400 espécies de mamíferos (incluindo elefantes da floresta, rinocerontes, hipopótamos, girafas, bonobos e gorilas), 1000 espécies de aves e 700 espécies de peixes.¹¹ As florestas da bacia funcionam como um sistema de filtragem natural da água que corre no rio Congo, tornando-a segura para consumo humano.¹² Muitas das espécies vegetais da região têm sido utilizadas para fins medicinais e estão a ser estudadas para aplicações mais amplas no tratamento de vários tipos de cancro e de doenças inflamatórias.¹³

Com o crescente reconhecimento da importância da Bacia do Congo, os governos da região concederam o estatuto de proteção a cerca de 22,6 milhões de hectares de floresta tropical na África Central, o equivalente a 14% da sua superfície.¹⁴ Embora seja um começo importante, muito mais terá de ser feito para salvaguardar os benefícios naturais e económicos únicos da região.

NECESSIDADE DE UMA BASE MAIS SÓLIDA DE CONHECIMENTOS E MONITORIZAÇÃO

Melhores informações são essenciais para qualquer política eficaz de gestão das florestas e de conservação dos ecossistemas destinada a proteger a floresta tropical da Bacia do Congo. É necessária mais investigação para documentar melhor a extensão da cobertura arbórea e da degradação florestal e para quantificar com maior precisão a contribuição destas florestas para os fluxos globais de carbono e o seu papel noutros desafios climáticos.

Estão a ser feitos progressos nesta frente. Uma nova geração de tecnologia por satélite está a revelar-se uma fonte de dados valiosa para a monitorização em grande escala das florestas tropicais, que são frequentemente de difícil acesso.¹⁵ Os dados de inventário de numerosas concessões florestais foram recentemente utilizados para obter um resumo da sua diversidade funcional. Além disso, a inauguração da primeira torre de fluxo (para medir a troca de gases com efeito de estufa) na Bacia do Congo em 2020 é um bom augúrio para uma melhor compreensão do fluxo de carbono das florestas. A disponibilidade de imagens de satélite para a região continua, no entanto, a ser limitada.

Além disso, a necessidade de observações no terreno limita a cartografia da distribuição espacial das reservas de carbono florestal à escala da bacia. A monitorização dos recursos florestais exige a recolha regular de informações sobre a atribuição das florestas, a exploração, o transporte, a transformação e o comércio destes recursos ou dos seus produtos. Dado que as observações no terreno são dispendiosas, só estão disponíveis dados de inventário das concessões florestais (propriedade de empresas privadas), revelando apenas uma parte do potencial real das florestas e da biomassa da Bacia do Congo.

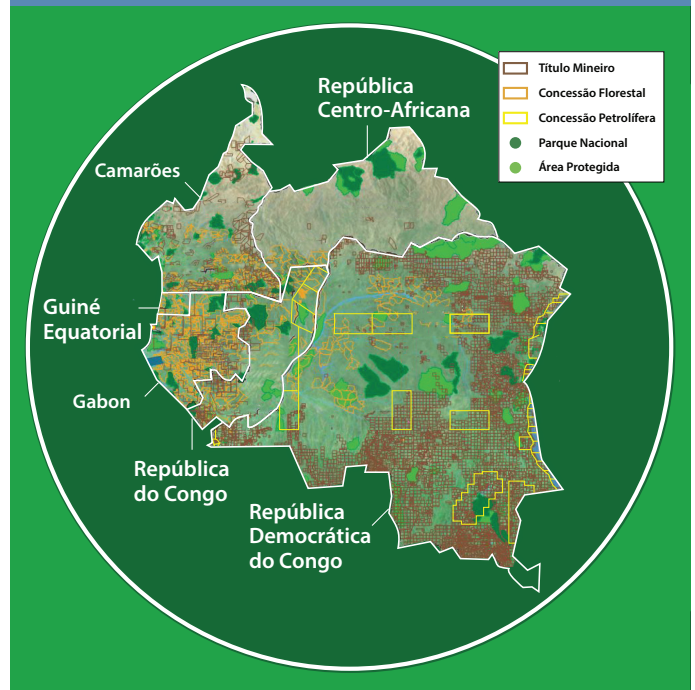
Com o apoio de organizações internacionais, incluindo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o quadro de Redução das Emissões por Desflorestação e Degradação Florestal (REDD+) elevou os sistemas de monitorização florestal nos países da Bacia do Congo. Isto inclui funções de medição, comunicação e verificação (MRV) para produzir dados fiáveis e de alta qualidade sobre as florestas e estimativas do carbono florestal.

Embora os processos acima referidos tenham reforçado a base empírica nos países da Bacia do Congo, é necessário um maior reforço das capacidades em matéria de recolha e integração dos dados disponíveis para desencadear decisões de intervenção em tempo real.

PROTEÇÃO DOS DIREITOS E DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA DA COMUNIDADE

No contexto centro-africano, todas as terras pertencem ao Estado. As políticas de gestão florestal são concebidas e aplicadas pelos governos em estreita colaboração com vários intervenientes. Os governos nacionais geram receitas

FIGURA 3. SOBREPOSIÇÃO DE REIVINDICAÇÕES DE EXTRAÇÃO NA BACIA DO CONGO



Fontes: Adaptado de NEPAD/OFAC/Rainforest Foundation UK/Earth Insight

provenientes da exploração madeireira através de impostos em vários pontos da cadeia de abastecimento, desde a atribuição das concessões florestais até às operações de exploração madeireira e ao comércio da madeira.

Os direitos de utilização dos recursos florestais baseiam-se principalmente nas seguintes considerações:¹⁶

- Aluguer /concessões. Alguns países são proprietários de todas as terras, mas arrendam-nas através de concessões.
- Posse da terra. Em muitos países, as comunidades locais podem ter alguns direitos de utilização da terra, mas não há reconhecimento de todos os seus direitos. Isto pode causar confusão e disputa de reivindicações sobre o mesmo terreno por parte de diferentes intervenientes.

Nos países da Bacia do Congo, os povos indígenas e as comunidades locais (IPLC) apenas beneficiam de direitos consuetudinários. Os direitos consuetudinários permitem aos IPLCs gerir as terras adquiridas pelos seus antepassados. Este tipo de terras é controlado pelo chefe, que age em nome

das comunidades. Os direitos consuetudinários incluem o direito de preferência: o direito de ser consultado antes de ser tomada qualquer decisão do Estado de transferir a terra para terceiros.

No entanto, estas disposições deixam os IPLC numa posição de desvantagem, uma vez que a afetação das receitas fiscais provenientes das operações de exploração madeireira está alinhada com os direitos estatutários sobre a terra e a área controlada pelo Estado. A redistribuição desigual destas receitas praticada pelos governos é frequentemente um ponto de tensão com as comunidades locais. Estas tensões estão a agravar-se à medida que a expansão da silvicultura, da exploração mineira e da agroindústria está a conduzir a um aumento dos conflitos de utilização das terras. Por vezes, esta situação resulta em incidentes violentos entre as comunidades locais e os interesses comerciais da exploração madeireira.¹⁷

Este processo coloca problemas suplementares para as populações indígenas, cuja noção de desenvolvimento é muito diferente do resultante da aplicação jurídica da Lei de propriedade da terra. De facto, o tipo de desenvolvimento descrito em geral na lei é praticamente inaplicável às populações indígenas porque estas não constroem estruturas duradouras e são nómadas, deslocando-se de um lugar para outro.

Um sistema de redistribuição dos rendimentos gerados pela gestão dos recursos florestais, nomeadamente da madeira, só será bem sucedido e sustentável se incluir o reconhecimento do direito de primeira propriedade dos IPLC e uma definição e aplicação transparentes das quotas para os vários beneficiários. Se isso não for feito, corre-se o risco de um efeito de ricochete, com as partes prejudicadas a tornarem-se saqueadores dos recursos florestais na procura de um meio de sobrevivência.

O advento do processo REDD+ deu muito mais destaque à questão da partilha mais equitativa dos benefícios nos últimos anos. No entanto, a competição entre as diferentes formas de explorar os recursos florestais exigirá um planeamento intersectorial da utilização dos solos. A criação de planos nacionais de utilização das terras nos países da Bacia do Congo permitiria a coordenação dos diferentes sectores, a fim de evitar conflitos de utilização e proteger os meios de subsistência das populações locais.

EXPLORAÇÃO MADEIREIRA, TRÁFICO DE ANIMAIS SELVAGENS E EXPLORAÇÃO MINEIRA ILEGAIS

Apesar dos esforços consideráveis para melhorar a aplicação das leis florestais, a governança e o comércio nos países da Bacia do Congo, a ilegalidade continua a verificar-se em toda a cadeia de abastecimento de madeira. Alguns relatórios afirmam que 90% da madeira proveniente das florestas tropicais da Bacia do Congo pode ter origem ilegal e ter sido facilitada pelo crime de alto nível.¹⁸ Esta situação deve-se a uma combinação de fatores, incluindo a falta de capacidade do pessoal, a má coordenação com outros organismos de manutenção da ordem (por exemplo, as alfândegas) e a informação insuficiente sobre as principais áreas de ilegalidade na cadeia de abastecimento.¹⁹

Este facto sublinha a importância dos sistemas de gestão florestal para o acompanhamento sistemático da madeira e dos subprodutos da madeira. A lei em todos os países da Bacia do Congo fornece diretrizes sobre a rastreabilidade ao longo de toda a cadeia de abastecimento — desde a floresta até à exportação — para a exploração madeireira industrial e artesanal.²⁰ Os governos implementam Sistemas de Garantia da Legalidade da Madeira (TLAS), recolha de receitas, rastreabilidade e outras funções através de sistemas abrangentes de gestão da informação sobre a madeira e as florestas. Os sistemas de gestão da informação e de rastreabilidade são todos obrigatórios, mas estão implantados com diferentes níveis de sofisticação em cada país.

Nos Camarões, o governo desenvolveu o primeiro sistema informatizado de gestão da informação florestal (SIGIF) em 1998, para facilitar a gestão das licenças de exploração florestal. No entanto, tem ainda integrar o sistema paralelo e em papel de rastreabilidade da madeira. Desde 2020, o governo tem vindo a implementar um sistema de rastreabilidade obrigatório integrado num SIGIF de segunda geração (SIGIF 2).

O governo do Gabão criou a Agência de Execução da Indústria Florestal e Madeireira (AEAFFB), em 2011, para melhor implementar as atividades no sector madeireiro e de rastreabilidade dos produtos florestais. Algumas organizações não governamentais (ONG) e intervenientes do sector privado desenvolveram um sistema voluntário de

rastreabilidade da madeira com base digital que recolhe e publica dados, é móvel e funciona na Internet. O governo, no entanto, não reconheceu oficialmente estes sistemas enquanto se aguarda uma análise mais aprofundada.

Na RDC, o governo iniciou numerosos sistemas informatizados de rastreabilidade da madeira desde que começaram as negociações com a União Europeia (UE) sobre o abrangente Acordo de Parceria Voluntária para a Manutenção da Ordem, Governança e Comércio no Sector Florestal (FLEGT VPA), em 2010. Entre 2013 e 2015, esta ação culminou no desenvolvimento de um SIGIF estatal e de uma plataforma de rastreabilidade e de gestão da legalidade da madeira (TRABOIS). Embora estes sistemas sejam obrigatórios, não estão operacionais.

Na Guiné Equatorial, o governo adotou o rastreio da madeira como um dos mecanismos estratégicos para garantir que os recursos florestais nacionais são explorados de forma racional, a fim de proporcionar receitas fiscais sustentáveis e oportunidades de desenvolvimento socioeconómico, evitando simultaneamente a degradação dos recursos.

Na República do Congo, após a assinatura do APV FLEGT com a UE em 2010, o governo tem vindo a desenvolver um sistema informatizado de verificação da legalidade (SIVL) para combater a exploração madeireira ilegal, que foi identificada como um dos problemas críticos que afetam o seu sector florestal. Embora os módulos necessários tenham sido desenvolvidos e integrados no centro de dados do Ministério das Finanças e do Orçamento, o sistema ainda não está operacional.

Na RCA, o governo concebeu um TLAS específico. Isto inclui componentes de rastreabilidade para seguir a madeira ao longo da cadeia de abastecimento – desde o abate até à exportação – bem como ferramentas de conformidade e informatização para acesso e controlo em tempo real. No entanto, este sistema ainda não foi desenvolvido e implementado.

Vários outros países da Bacia do Congo iniciaram sistemas de observação florestal para apoiar a transparência no âmbito dos VPA FLEGT assinados com a UE para reduzir o fluxo de comércio ilícito e insustentável de madeira para a Europa.

Apesar destes acordos e módulos, muitos países da Bacia do Congo continuam a não dispor de sistemas de rastreabilidade operacionais, impedindo-os, dessa forma, de controlar e acompanhar eficazmente o comércio de madeira, desde o abate até ao consumo final no país ou para exportação. Entre os principais obstáculos contam-se a aquisição e a instalação do equipamento necessário, a formação dos intervenientes e das partes interessadas e a superação da hesitação e da resistência dos operadores do sector madeireiro em relação aos custos adicionais sem a percepção de uma eficiência melhorada.

O sistema de rastreio da madeira desenvolvido pela Agência dos Serviços Florestais da Tanzânia constitui um modelo prático, rentável e expansível que pode ser reproduzido na região da Bacia do Congo. O sistema é facilmente acessível através de dispositivos móveis programados com opções de seleção pré-personalizadas, reduzindo o erro humano. Isto assegura o acompanhamento da cadeia de custódia, permitindo o acesso dos monitores aos relatórios de inspeção de outros pontos de controlo. Permite igualmente o acesso aos dados em tempo real na sede para melhorar o controlo, incentivar o zelo e manter uma base de dados de qualidade.

COORDENAÇÃO E PARTILHA DE INFORMAÇÕES DA MANUTENÇÃO DA ORDEM

Diz-se frequentemente que quem tem a informação tem o poder. No contexto do ILAT na Bacia do Congo, os criminosos organizados estão normalmente um passo à frente dos políticos e dos agentes da manutenção da ordem quando se trata de informação. Para combater o ILAT, a recolha, gestão e utilização de informações é fundamental. Os criminosos desenvolveram sistemas de informação eficazes com base numa rede de informadores no terreno que trabalham em cooperação e exploram as lacunas dos quadros regulamentares.

A luta contra as redes criminosas estabelecidas exige uma coordenação consistente e de qualidade e o intercâmbio de informações entre os responsáveis pela manutenção da ordem num país, bem como entre os seus homólogos transfronteiriços, a fim de resolver as questões de segurança entre países. Em termos práticos, esta coordenação interdepartamental e intergovernamental para partilhar conhecimentos e resolver problemas assenta frequentemente em relações fortes e não apenas em mecanismos formais.

SISTEMAS TWIX: LIGAR OS ORGANISMOS NACIONAIS DE MANUTENÇÃO DA ORDEM NA EUROPA E EM ÁFRICA

Cerca de 3.000 funcionários responsáveis pela manutenção da ordem na Europa e em África estão atualmente ligados através da plataforma Trade in Wildlife Information eXchange (TWIX).

Liderada pela Comissão Florestal da África Central (COMIFAC), a AFRICA-TWIX foi criada em 2016. Em conjunto com a União Europeia-TWIX (2005), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral-TWIX (2019) e a África Oriental-TWIX (2020), a rede TWIX fornece ferramentas online criadas para facilitar o intercâmbio de informações e a cooperação internacional entre os organismos de manutenção da ordem na luta contra o comércio ilegal de animais selvagens na Europa e em África.

O desafio permanente da manutenção da ordem é assegurar uma comunicação fluida e atempada entre países quando se lida com redes transnacionais de contrabando de animais selvagens. Disponível para os funcionários responsáveis pela aplicação da regulamentação relativa ao comércio internacional de animais selvagens no âmbito da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), a plataforma TWIX ajuda a ligar os funcionários fronteiriços, permitindo-lhes partilhar rapidamente informações e conhecimentos especializados.

O interesse pela ferramenta levou a uma aplicação em curso na África Ocidental e a um pedido da Ásia.

Facilitar a comunicação regular entre os organismos internacionais de manutenção da lei revelou-se altamente eficaz para ajudar a dismantlar as redes transnacionais de contrabando — um esforço que terá de ser sustentado por todos os países participantes para que os efeitos sejam plenamente realizados.

Para coordenar os esforços e as informações entre os seus países membros, o COMIFAC criou vários grupos de trabalho para tratar de questões prementes que afetam a sub-região. Inclui grupos de trabalho sobre a Convenção de Combate à Desertificação (GTCCD), Alterações Climáticas (GTCC),

Biodiversidade na África Central (GTBAC), Áreas Protegidas e Vida Selvagem (SGTAPFS) e Governança Florestal (GTGF). É no âmbito deste último que se inserem todos os debates relacionados com a governança florestal, o ILAT e outras questões conexas. O formato das reuniões é presencial com uma frequência trimestral ou semestral, com o objetivo de criar relações de confiança.

A plataforma AFRICA-TWIX, tal como os outros sistemas TWIX, liga os agentes da manutenção da ordem uns aos outros (através de grupos de correio eletrónico) e a bases de dados restritas que incluem ferramentas de identificação da fauna selvagem, jurisprudência dos países membros da plataforma, materiais de formação e uma base de dados de apreensões de animais selvagens, entre outros recursos.

Lançada em 2016, esta plataforma tem desempenhado um papel crucial na coordenação da ação no terreno, ligando nove países: Burundi, Camarões, RCA, Chade, RDC, Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo e Ruanda. Mais de 500 agentes da manutenção da ordem afiliados estão nesta plataforma, incluindo pessoal de organizações especializadas como a Organização Mundial das Alfândegas (OMA), o Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) e a Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL).

O trabalho de colaboração destes funcionários, recrutados tanto na sede como no terreno, deu origem a 13 investigações internacionais sobre crimes contra a vida selvagem. A coordenação de esforços e o intercâmbio de informações em tempo real são o início de uma solução para a luta contra o ILAT.

UMA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO

Os países com recursos naturais abundantes enfrentam frequentemente uma corrupção endémica e uma fraca responsabilização. Isto deve-se ao facto de os recursos naturais constituírem um fluxo de receitas imediato ao qual os funcionários governamentais podem controlar o acesso, beneficiando a si próprios e aos seus parceiros comerciais. Estes funcionários, por sua vez, têm poucos incentivos para reforçar os mecanismos de controlo e de manutenção da lei, o que permite que o ciclo de exploração dos recursos naturais, enriquecimento próprio e impunidade política se torne cada vez mais poderoso.

Investigações na República do Congo revelaram que as empresas madeireiras subornam habitualmente ministros e outros altos funcionários para obterem ilegalmente concessões de madeira, evitarem sanções por sobre-exploração e exportarem para além das quotas.²¹ Também na RDC, o governo revelou que muitas concessões de exploração madeireira tinham sido atribuídas através de tráfico de influências, em violação das leis do país.²² Entre os principais infratores conta-se a empresa madeireira Congo King Baisheng Forestry Development, propriedade da empresa chinesa Wan Peng International.

As estruturas empresariais opacas e as jurisdições secretas, nomeadamente em Hong Kong e no Dubai, também facilitam a desflorestação na região, permitindo que as empresas ocultem os seus verdadeiros beneficiários e evitem impostos e regulamentação.²³

Esta política económica ilícita que envolve a exploração florestal na Bacia do Congo está bem enraizada. Nos Camarões, por exemplo, o Ministério das Florestas e da Vida Selvagem está classificado entre os 10 mais corruptos de entre 150 organismos governamentais. Os Camarões, por sua vez, têm melhores classificações no Índice de Percepções de Corrupção da Transparência Internacional do que quase todos os outros países da região da Bacia do Congo. A região no seu conjunto tem uma classificação mediana de 157 (num total de 180 países). A crise de corrupção na região está, portanto, no centro da exploração ilegal das florestas da Bacia do Congo.

As comunidades locais e os grupos indígenas são particularmente vulneráveis à corrupção nas florestas da Bacia do Congo. Desde a aceitação de subornos por parte dos funcionários até ao conluio entre os sectores público e privado em contratos opacos de extração de recursos, a corrupção provoca a degradação ambiental e destrói os meios de subsistência locais. A obtenção de ganhos concretos em matéria de proteção do ambiente dependerá de uma maior transparência e de uma supervisão independente.

A exploração madeireira ilegal é também mortífera para os defensores do ambiente em todo o mundo.²⁴ Os jornalistas ambientais são frequentemente assediados, agredidos e mortos, o que faz com que este seja o domínio mais perigoso do jornalismo, a seguir às reportagens de guerra. Este facto é indicador da existência frequente de redes

criminosas por detrás da exploração das florestas tropicais. Sondagens revelam que 70% dos jornalistas ambientais já foram atacados devido ao seu trabalho.²⁵ No entanto, só investigando e expondo as violações ambientais (e a conivência dos funcionários públicos que muitas vezes as acompanha) é que os cidadãos podem ser informados destas atividades ilegais e da forma como os recursos públicos estão a ser mal orientados. Para atingir os objetivos globais em matéria de clima e biodiversidade será necessário combater a hidra da corrupção.²⁶

Na maioria dos países, existem unidades nacionais de luta contra a corrupção, mas raramente são aplicadas. Por vezes, os investigadores podem seguir no terreno as atividades de corrupção relacionadas com a exploração madeireira ilegal, denunciá-las e transmiti-las ao Ministério Público para condenação. No entanto, poucos casos conduzem a condenações devido à influência política de funcionários coniventes com as atividades madeireiras ilícitas.

Os ministérios das florestas dos países da Bacia do Congo estão a trabalhar cada vez mais com associações comerciais estrangeiras, como a China Wood and Timber Product Distribution Association (CTWPPA), para defender normas que reforcem a transparência e a legalidade da extração de recursos madeireiros da África Central. Estes acordos sujeitarão igualmente as empresas estrangeiras a sanções em caso de infração.

Embora a maior parte dos países da Bacia do Congo tenha já estabelecido os quadros jurídicos necessários para combater a corrupção, é necessário envidar mais esforços para garantir a sua aplicação. Para tal, será necessário aplicar sanções severas contra a corrupção em torno da exploração madeireira ilegal, diminuindo assim a impunidade de que gozam atualmente os altos funcionários que são cúmplices.

AÇÕES PRIORITÁRIAS NECESSÁRIAS

O comércio de madeira na Bacia do Congo é uma fonte essencial de rendimento, parte integrante das economias nacionais, e proporciona um meio de subsistência às comunidades locais. Assegurar a produção e o consumo sustentáveis de madeira na Bacia do Congo é um elemento essencial de qualquer reforma. No entanto, o aumento da procura de madeira tropical (principalmente da Ásia, mas também da Europa e da América), exacerbado pela corrupção,

pela má gestão dos recursos e por uma regulamentação ineficaz, torna fácil para os criminosos a extração e o comércio ilegal de madeira ameaçada.

As numerosas lacunas na atual proteção dos recursos florestais da Bacia do Congo evidenciam que só uma abordagem holística e multifacetada pode resolver o problema da exploração não regulamentada e insustentável dos valiosos recursos naturais da Bacia do Congo.

A Nível Nacional

Melhorar a sensibilização para o domínio da floresta. Uma condição prévia para a proteção e gestão das valiosas florestas e turfeiras da Bacia do Congo é a criação de bases fiáveis de inventários florestais em toda a região. O Observatório Florestal da África Central, o braço científico do COMIFAC, assumiu a liderança deste processo. Terá de ser apoiada por imagens de satélite adicionais (com base nos esforços dos Estados Unidos e do Instituto de Recursos Mundiais), bem como por redes de formação de guardas florestais e ONG que possam fazer avaliações no terreno para gerar inventários florestais fiáveis para cada país da região.

Desenvolver planos globais de utilização dos solos. Embora o conhecimento pormenorizado dos recursos florestais da região constitua uma base de referência essencial, é necessário um plano global de utilização das terras para navegar de forma sustentável pelos muitos interesses competitivos destas terras, tendo em vista a proteção a longo prazo das florestas da Bacia do Congo. Tal deve ser apoiado por quadros jurídicos nacionais sólidos e pela implementação fiável das políticas nacionais de ordenamento do território setoriais, a fim de evitar litígios fundiários.

Ativar e operacionalizar os sistemas de rastreabilidade. A verificação da legalidade da madeira e o controlo das receitas provenientes de fontes florestais legítimas são instrumentos essenciais para que os organismos de controlo protejam os recursos florestais. Embora existam sistemas de rastreabilidade e verificação legal em alguns países da Bacia do Congo, a operacionalização destes sistemas em toda a região – potencialmente com base no modelo da Tanzânia – é ainda necessária para evitar que as entidades criminosas explorem estas lacunas.

Integrar a proteção das florestas nas estratégias de segurança nacional. Os recursos florestais contam-se entre os ativos nacionais mais valiosos e sustentáveis dos países da Bacia do Congo. A salvaguarda destes ativos deve ser integrada de forma mais central nas estratégias de segurança nacional de cada país. Elevando a importância desta ameaça não tradicional à segurança no planeamento e nas estruturas dos organismos de segurança facilitará o realinhamento e a reafetação dos recursos de segurança e de informação para combater a exploração ilegal das florestas prejudicial para todos os cidadãos.

Reforço das capacidades nacionais na luta contra os crimes financeiros. O ILAT prospera na Bacia do Congo devido às autoridades radicais controladas por altos funcionários do governo responsáveis pela gestão desses recursos florestais. Isto, por sua vez, cria incentivos financeiros para que estes funcionários atuem contra os interesses do público. Para reduzir esta vulnerabilidade, a cadeia de autoridade regulamentar deve ser alargada para além de um único ministro ou funcionário e implicar um processo de autorização a vários níveis, supervisionado por um conselho de supervisão independente que inclua agentes da sociedade civil.

Dada a impunidade de que gozam muitos altos funcionários pela sua conivência com o ILAT e o IWT, os governos da Bacia do Congo podem também considerar a criação de tribunais especiais de corrupção politicamente isolados como parte dos seus esforços de reforço das capacidades judiciais para combater os crimes financeiros. Esses tribunais, bem como outras componentes do sistema jurídico (desde os funcionários responsáveis pela manutenção da ordem até aos procuradores), podem ser apoiados por organismos regionais como o Grupo de Ação contra o Branqueamento de Capitais na África Central (GABAC) e por redes mundiais como a INTERPOL e a UNODC.

A Nível Local

Desenvolver fórmulas equitativas de partilha de benefícios para as comunidades locais. Como vivem mais perto das florestas, as comunidades locais são o primeiro elo da cadeia de proteção florestal e a pedra angular de qualquer política bem-sucedida de combate à exploração madeireira ilegal.

As comunidades locais são também as partes interessadas mais inseguras no sistema de gestão florestal. Não tendo informação e competências para defender os seus interesses na arena legal, as comunidades locais correm o risco de serem enganadas no acesso aos seus direitos consuetudinários à terra por empresas madeireiras ou por conluíus com funcionários públicos. Os pagamentos recebidos pela renúncia a esse acesso não compensam a perda permanente dos meios de subsistência, das terras ancestrais e das tradições culturais dessas comunidades. Estes são os custos humanos e económicos significativos que acompanham o abate insustentável de árvores na Bacia do Congo.

Para contrariar esta exploração das comunidades locais, as disposições relativas aos direitos consuetudinários devem ocupar um lugar central nos processos nacionais de planeamento da utilização da terra. Esta medida deve ser acompanhada de uma ação educativa proativa junto das comunidades locais sobre os seus direitos e modelos alternativos de gestão sustentável que mantenham os meios de subsistência e as receitas provenientes da preservação das florestas. As ONG nacionais e internacionais podem contribuir para este processo, assegurando que as comunidades locais tenham uma melhor compreensão dos recursos e dos fluxos de rendimento proporcionados pelas florestas.

A proteção dos meios de subsistência das comunidades locais exigirá também a garantia de fluxos de receitas sustentáveis para essas comunidades, de modo a que estas tenham incentivos financeiros para cooperar na proteção dessas florestas. Para além de incorporar as comunidades locais em quaisquer esquemas internacionais de investimento na conservação (ver abaixo), a proibição de concessões para qualquer exploração madeireira comercial em “florestas comunitárias” designadas, como as extensões de floresta de 5.000 hectares atribuídas a comunidades nos Camarões e noutros países da Bacia do Congo, reduziria a vulnerabilidade perpétua das comunidades florestais locais à exploração.

A Nível Regional

Estabelecer um mecanismo coordenado de partilha de informações financeiras nas zonas transfronteiriças. Os criminosos exploram frequentemente os pontos fracos do sector financeiro, como o dinheiro em mão ou outros mecanismos de transferência local de grandes quantias de dinheiro. Isto

também pode esconder atividades de branqueamento de capitais. A criação de uma plataforma partilhada entre os ministérios das florestas, das finanças e das alfândegas da região, sob a direção de unidades nacionais de investigação financeira, pode permitir um melhor acompanhamento das receitas associadas ao comércio transfronteiriço de madeira, de modo a garantir a sua correspondência com a atividade de exploração madeireira registada.

Expandir AFRICA-TWIX. O AFRICA-TWIX tem sido um mecanismo eficaz para combater o ILAT e o IWT. Uma das prioridades do COMIFAC é assegurar que todos os países da Bacia do Congo estejam plenamente operacionais na plataforma AFRICA-TWIX. A principal limitação a este objetivo é o financiamento. Será necessária formação e apoio financeiro por parte dos doadores.

A criação prevista de uma ASIA-TWIX, para além da atual EU-TWIX, facilitará grandemente a partilha de informações inter-regionais sobre a exploração madeireira ilegal e o tráfico de animais selvagens por parte das autoridades responsáveis pela manutenção da ordem. O aumento do número de investigações criminais e de ações penais relativas ao ILAT e à CBI na Bacia do Congo aumentará os custos das operações de abate ilegal de árvores e criará um efeito dissuasor tangível.

Operacionalizar uma estratégia sub-regional de luta contra a criminalidade organizada transnacional e os fluxos financeiros ilícitos. Para melhor harmonizar os esforços de cada país ao lidar com uma ameaça transnacional, os governos da Bacia do Congo devem operacionalizar uma estratégia sub-regional de combate ao crime transnacional e aos fluxos financeiros ilícitos. Esta estratégia pode ser conduzida pelo secretariado do Conselho dos Chefes de Polícia da África Central (CCPAC) consultando os peritos da Comissão da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), do Banco dos Estados da África Central (BEAC), da Comissão Bancária da África Central (COBAC) e do GABAC.

Reforçar a cooperação regional em matéria de segurança em torno do ILAT e IWT. As florestas da Bacia do Congo enfrentam ameaças à segurança, não só devido a operações ilegais de exploração madeireira e mineira, mas também devido a grupos armados não estatais e organizações extremistas violentas que estão a aproveitar os fluxos de

receitas destas florestas - o que acelera a sua degradação e aumenta a capacidade coerciva destes criminosos. A luta contra estas ameaças à segurança exigirá o reforço da cooperação regional em matéria de segurança no que respeita às operações ilegais de exploração madeireira, mineira e da vida selvagem.

O Conselho de Segurança da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) facilita a cooperação transfronteiriça em matéria de segurança, incluindo em torno do complexo tri-nacional Dja-Odzala-Minkébé (TRIDOM), que envolve 11 parques nacionais. Impulsionada por um ataque no Parque Nacional Bouba Ndjida, nos Camarões, com o massacre de 400 elefantes (e o roubo do seu marfim) em 2012 por caçadores furtivos sudaneses que passaram pelo Chade e pela Nigéria,²⁷ esta cooperação implica normalmente o apoio a “ecoguardas” e o direito de perseguição entre países. No entanto, o destacamento de forças de segurança ao longo das fronteiras e nos parques é episódico, permitindo que os traficantes ilícitos explorem as zonas fronteiriças porosas.

À medida que os grupos armados não-estatais se tornam mais sofisticados, é cada vez mais essencial harmonizar os esforços e aumentar a capacidade dos intervenientes na segurança da Bacia do Congo para protegerem de forma competente os seus interesses nacionais comuns. Isto inclui facilitar uma maior harmonização do sector judicial. Atualmente, se um madeireiro ilegal do Gabão for capturado na República do Congo, a sua pena será mais leve do que no seu país. À medida que a CEEAC e os seus parceiros internacionais procuram reforçar e institucionalizar a segurança regional, podem tirar lições do bem-sucedido Código de Conduta de Yaoundé da CEEAC, que estabeleceu uma arquitetura de segurança marítima regional para combater a pirataria em 2013.

A Nível Internacional

Expandir e regularizar as imagens de satélite da região. Dada a sua extensão e os recursos limitados do governo, a monitorização e gestão eficazes da floresta tropical da Bacia do Congo exigirão uma vigilância alargada e consistente das imagens de satélite para avaliar as alterações na cobertura e saúde florestais. A Agência de Estudos e Observações Espaciais do Gabão (AGEOS) produz regularmente

imagens de satélite das suas florestas, o que permite aos decisores orientar as suas políticas numa base científica e prática. A fiabilidade destas imagens de satélite tornou-se, por sua vez, a base para esquemas globais de captura de carbono que deverão render ao Gabão 150 milhões de dólares. A adoção de imagens de satélite regulares das florestas noutros países da Bacia do Congo pode permitir a observação e avaliação em tempo real do stock de biomassa armazenado nas suas florestas.

Apoiar os regimes financeiros internacionais para incentivar a proteção de bens internacionais vitais. Na Cimeira do Clima do Dubai, em 2023, o Brasil propôs a adoção de um “Projeto Florestas Tropicais Para Sempre” que pagaria aos países pela proteção das suas florestas tropicais.²⁸ Este investimento visa criar um fundo remunerado que possa compensar de forma fiável e incentivar financeiramente os países a conservar estes ativos globais. As centenas de milhões de dólares que se espera que o fundo gere ano após ano para os países da Bacia do Congo proporcionariam um fluxo de receitas sustentável que apoiaria os esforços de conservação e ultrapassaria as receitas que seriam geradas por concessões de exploração madeireira pontuais.

Reforçar a cooperação em matéria de segurança em torno do ILAT e do IWT. Para travar a dimensão internacional do ILAT e do IWT será necessária a cooperação e o apoio de parceiros internacionais. Trabalhando bilateralmente e em apoio ao TWIX, os intervenientes internacionais podem utilizar os seus conhecimentos especializados na luta contra os fluxos financeiros ilícitos para ajudar a vigiar e interditar as receitas ilícitas provenientes da exploração madeireira ilegal e do tráfico de animais selvagens na Bacia do Congo. Os intervenientes internacionais podem também aumentar os custos financeiros do ILAT, sancionando e congelando as contas bancárias de traficantes conhecidos. Os parceiros internacionais em matéria de segurança podem, além disso, apoiar os esforços de cooperação regional em matéria de segurança, partilhando os seus conhecimentos especializados na luta contra o ILAT e ajudando os intervenientes na segurança da Bacia do Congo a harmonizar os seus esforços numa estratégia regional integrada.

NOTAS

- ¹ Cheick Fantamady Kanté, “Preserving the Forest of the Congo Basin: A Game Changer for Africa and the World”, *Africa Can End Poverty* (Blogue), Banco Mundial, 4 de julho de 2024.
- ² Marion Ferrat, Sanggeet Mithra Manirajah, Freddy Bilombo, Anna Rynearson e Paul Dingkuhn, “Regional Assessment 2022: Tracking Progress Towards Forest Goals in the Congo Basin”, *Climate Focus*, novembro de 2022.
- ³ Global Witness, “Total Systems Failure: Exposing the Global Secrecy Destroying Forests in the Democratic Republic of Congo”, *Relatório*, 26 de junho de 2018.
- ⁴ Bob Koigi, “Illegal Chinese Timber Business is Devastating Africa’s Forests”, *Fair Planet*, 5 de setembro de 2018.
- ⁵ Sam Lawson, “Illegal Logging in the Republic of Congo”, *EERP Paper 02*, Chatham House, abril de 2014.
- ⁶ Oluwole Ojewale, “Balancing Protection and Profit in the Congo Basin”, *ISS Today*, Instituto de Estudos de Segurança, 14 de março de 2023.
- ⁷ Ian Mitchell e Samuel Pleeck, “How Much Should the World Pay for the Congo Forest’s Carbon Removal?”, *Centro para o Desenvolvimento Global*, 2 de novembro de 2022.
- ⁸ O Programa das Florestas (PROFOR), “Understanding the Forest-Water Interactions in the Congo Basin”, 16 de junho de 2024.
- ⁹ Thomas Sibret, Marijn Bauters, Emmanuel Bulonza, Lodewijk Lefevre, Paolo Omar Cerutti, Michel Lokonda, José Mbifo, Baudouin Michel, Hans Verbeeck e Pascal Boeckx, “CongoFlux - The First Eddy Covariance Flux Tower in the Congo Basin”, *Frontiers in Soil Science 2* (2022).
- ¹⁰ PROFOR.
- ¹¹ WildAid, “The Congo Basin is Under Threat - Here’s Why We Need to Act Now”, 29 de março de 2023.
- ¹² Richard Eba’a Atyi, François Hiol Hiol, Guillaume Lescuyer, Philippe Mayaux, Pierre Defourny, Nicolas Bayol, Filippo Saracco, Dany Pokem, Richard Sufo Kankeu e Robert Nasi, eds., *Les forêts du bassin du Congo : État des Forêts 2021* (Bogor: Centro de Investigação Florestal Internacional (CIFOR), 2022), 3-35.
- ¹³ WildAid.
- ¹⁴ Charles Doumenge, Florence Jeanne Sarah Palla, e Gervais Ludovic Itsoua Madzous, eds., *Aires protégées d’Afrique centrale - État 2020* (Yaoundé: OFAC-COMIFAC, 2021).
- ¹⁵ Hein de Wilde, “How Satellite Data Is Used to Detect Deforestation”, *Meteorology* (Blogue), 19 de setembro de 2023.
- ¹⁶ Kelley Hamrick, Kim Myers e Alice Soewito, “Beyond Beneficiaries: Fairer Carbon Market Frameworks”, *The Nature Conservancy*, 2023.
- ¹⁷ Charles Doumenge, Quentin Jungers, Claire Halleux, Lyna Bélanger e Paul Scholte, “Which Regulations for Land-Use Conflicts in Rural Parts of the Congo Basin?” em Denis Pesche, Bruno Losch e Jacque Imbernon, eds., *A New Emerging Rural World: An Overview of Rural Change in Africa*, Atlas for the NEPAD Rural Futures Programme, 2nd Edition, NEPAD Agency (2016), 50-51.
- ¹⁸ National Whistleblower Center, “Deforestation in the Congo Basin Rainforest”, National Whistleblower Center at <<https://www.whistleblowers.org/deforestation-in-the-congo-basin-rainforest/>>.
- ¹⁹ Denis Mahonghol e Chen Hin Keong, “Improving the Governance of Cameroon’s Timber Trade”, em *Tropical Forest Update 27*, nº 2, Organização Internacional das Madeiras Tropicais (2018), 7-10.
- ²⁰ Constant Momballa-Mbun, Allen Mgaza, Camilla Floros, e Chen Hin Keong, “An Overview of the Timber Traceability Systems in the Congo Basin Countries”, *TRAFFIC-Central Africa*, 2023.
- ²¹ Centro Nacional de Denúncias.
- ²² Global Witness, “Crisis in the Congo”, Artigo, 20 de junho de 2024.
- ²³ Emilia Díaz-Struck and Cecile S. Gallego, “Beyond Panama: Unlocking the World’s Secrecy Jurisdictions”, *Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação*, 9 de maio de 2016.
- ²⁴ Global Witness, “Almost 2,000 Land and Environmental Defenders Killed Between 2012 and 2022 for Protecting the Planet”, *Comunicado de imprensa*, 13 de setembro de 2023.
- ²⁵ David Mora, “Press and Planet in Danger: Safety of Environmental Journalists; Trends, Challenges and Recommendations”, *World Trends in Freedom of Expression and Media Development Brief*, UNESCO, 2024.
- ²⁶ Marie-Ange Kalenga, “Ending Corruption, Improving Forest Governance: Why It Matters”, *Fern*, 11 de dezembro de 2019.
- ²⁷ Christina M. Russo, “New Reports from Inside Cameroon Confirm Grisly Mass Killing of Elephants”, *Mongabay*, 14 de março de 2012.
- ²⁸ Manuela Andreoni, “An ‘Elegant’ Idea Could Pay Billions to Protect Trees”, *New York Times*, 7 de outubro de 2024.



CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Amanda J. Dory, Diretora
National Defense University
Fort Lesley J. McNair
Washington, DC 20319-5066
+ 1 202 685-7300
www.africacenter.org

Resumos de segurança em África
Joseph Siegle, Ph.D.
Diretor de Pesquisa
sieglej@ndu.edu
+1 202 685-6808
ISSN 2164-4047

O Centro de Estudos Estratégicos de África é uma organização académica estabelecida pelo Departamento de Defesa que serve como um fórum objetivo para pesquisa, programas académicos e troca de ideias. As séries de Resumo de Segurança em África apresenta pesquisas e análises com o objetivo de promover a compreensão sobre as questões de segurança na África. As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas são dos contribuintes e não refletem necessariamente a opinião do Centro.